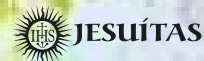


Cadernos Teologia Pública



A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*

Esboço de uma interpretação original
do Concílio Vaticano II

Christoph Theobald

A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*
Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II
The apostolic exhortation Evangelii Gaudium
Sketch of an original interpretation of Second Vatican Council

Christoph Theobald

Resumo

É possível identificar, na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco, uma tentativa de dotar a Igreja de um princípio de interpretação da obra altamente complexa e diversificada do Vaticano II? O artigo responde a essa pergunta, identificando primeiramente o estilo do documento e, sucessivamente, sua decisão principal que consiste em estabelecer uma relação intrínseca entre o anúncio do Evangelho a toda criatura – aos pobres especialmente – e a reforma da Igreja, explicitando, em conclusão, as consequências doutrinárias dessa decisão.

Palavras-chave: *Evangelii Gaudium*; Interpretação Original; Concílio Vaticano II.

Abstract

Can we detect in the apostolic exhortation *Evangelii Gaudium* by Pope Francis an attempt to provide the Church with a principle for interpreting the highly complex and diversified work of Vatican II? This article responds to the question first by identifying the style of the document, then looks at its main decision, which points to the intrinsic link between preaching the Gospel to all creatures – to the poor in particular – and reform of the Church and finally presents the doctrinal consequences of this decision.

Keywords: *Evangelii Gaudium*; Original Interpretation; Second Vatican Council.

A exortação apostólica
Evangelii Gaudium

Esboço de uma interpretação original
do Concílio Vaticano II

Christoph Theobald
Facultés Jésuites de Paris – Centre-Sèvres

Tradução de Vanise Dresch

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *José Ivo Follmann, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XII – Vol. 12 – Nº 104 – 2015

ISSN 1807-0590 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Unilasalle, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PUCRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014).

ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Coullart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

A exortação apostólica *Evangelii Gaudium* Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II¹

Christoph Theobald

A exortação apostólica *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco² se presta, como qualquer texto, a várias leituras. Poder-se-ia, por exemplo, lê-la comparando-a com as propostas do sínodo sobre a *A nova evangelização para a transmissão da fé cristã* (2012), propostas que a exortação cita copiosamente, sem trazer, porém, o título que já se tornou clássico de “exortação apostólica

1 Originalmente o artigo foi publicado em: THEOBALD, Christoph; L'exhortation apostolique *Evangelii Gaudium*. Esquisse d'une interprétation originale du Concile Vatican II. *Revue théologique de Louvain*, 46, 2015, 321-340.

2 Papa FRANCISCO. *La Joie de l'Évangile – Evangelii Gaudium*, Prefácio de Mons. Pierre-Marie Carré, Paris, Cerf – Montrouge, Bayard – Paris, Fleurus – Paris, Mame, 2013.

pós-sinodal”, como um bom número de textos do mesmo gênero de João Paulo II e de Bento XVI. Poder-se-ia, também, compará-la à exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* (1975) de Paulo VI, texto publicado após a 3ª Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos (1974), dedicada, igualmente, à evangelização³. Com uma distância de quase quarenta anos, esse texto, o mais citado por *Evangelii Gaudium*, representa de alguma forma o “modelo” que permite evidenciar tanto aproximações quanto diferenças históricas e teológicas significativas. Dez anos

3 PAULO VI. *L'Évangélisation dans le monde moderne – Evangelii Nuntiandi*. Saint Cénére: Saint-Michel, 1976.

após o Concílio, *Evangelii Nuntiandi* representava, na realidade, a primeira releitura sintética do *corpus* conciliar do Vaticano II, “cujos objetivos se resumem, em última análise, num só intento: tornar a Igreja do século XX ainda mais apta para anunciar o Evangelho à humanidade do mesmo século XX” (EN, n° 2)⁴.

É possível identificar em *Evangelii Gaudium* a mesma pretensão, a mesma tentativa de dotar a Igreja de um princípio de interpretação da obra altamente complexa e diversificada do Vaticano II? Essa pergunta se põe legitimamente neste ano do quinquagésimo aniversário do encerramento do Concílio, e ainda mais porque todos os predecessores do Papa Francisco nos acostumaram a longas e explícitas considerações hermenêuticas sobre o assunto. Eu gostaria, portanto, de responder a essa pergunta precisa e limitada. É importante, desde já, afirmar que os *indícios* que permitem ler o texto desta forma não são imediatamente percebíveis; isso, como veremos, faz

parte de sua originalidade. A única indicação clara se encontra no final da introdução: “Aqui escolhi”, anuncia Francisco, “propor algumas diretrizes que possam encorajar e orientar, em toda a Igreja, uma nova etapa evangelizadora, cheia de fervor e dinamismo. Neste âmbito, e com base na doutrina da Constituição dogmática *Lumen Gentium*, decidi me deter amplamente, entre outros temas, nas seguintes questões...” (EG, 17), e segue o plano da Exortação.

Preferi, portanto, empregar no título destas páginas o termo “esboço” – “*Esboço* de uma interpretação original do Vaticano II” – para assinalar de imediato a relação aparentemente tênue que *Evangelii Gaudium* mantém com o *corpus* conciliar e prioritariamente com *Lumen Gentium*, conforme a indicação já citada. Especificarei essa *relação* na primeira parte, antes de focalizar, na segunda parte, a decisão principal da Exortação (apresentada desde seu primeiro capítulo), e que consiste em estabelecer uma ligação intrínseca entre a missão ou o anúncio do Evangelho a toda criatura – aos pobres em especial – e a reforma da Igreja. Essa insistência original suscita, em seguida, e para concluir, algumas observações e reflexões de tipo “doutrinal”: (1) sobre os problemas hermenêuticos que esse anúncio e o discerni-

4 Cf. Christoph THEOBALD. *La réception du Concile Vatican II.1. Accéder à la source. Unam sanctam. Nouvelle série, 1.* Paris: Les Éditions du Cerf, 2009, p. 557-563; Tradução Brasileira: *A recepção do Concílio Vaticano II. 1. Acesso à fonte.* São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015. ID. *Le Concile Vatican II. Quel avenir? Unam sanctam.* Nouvelle série, 6. Paris: Les Éditions du Cerf, 2015, p. 73-77.

mento dos sinais dos tempos que o acompanha trazem, (2) sobre a concepção da Igreja que o citado anúncio implica e (3) sobre a visão de mundo na qual se insere; observações e reflexões, tais como se depreendem do texto quando o mesmo é lido tendo como pano de fundo o concílio Vaticano II.

1. O texto e seu estilo: alguns indícios

Cabe iniciar por um rápido olhar sobre a estrutura da Exortação, organizada em cinco capítulos.

A estrutura do texto

Sem citar a célebre fórmula de *Ad Gentes* que identifica a natureza da Igreja com sua missão (AG, n° 2, § 1), o primeiro capítulo trata da “transformação missionária da Igreja” ou de sua reforma; o decreto sobre o ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, n° 6, que postula a exigência de uma “reforma perene”, representa a primeira citação conciliar do texto (n° 26). O capítulo introdutório da Exortação espera essa reforma da Igreja de sua “saída” missionária: “Fiel ao modelo do Mestre,

é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo. A alegria do Evangelho é para todo o povo, não se pode excluir ninguém” (1° cap., n° 23).

Essa reforma missionária da Igreja requer, portanto, um “discernimento evangélico” dos sinais dos tempos, abordado no segundo capítulo de *Evangelii Gaudium*, que refaz, em nosso contexto atual, o que, em seu “relatório preliminar”, *Gaudium et Spes* havia realizado para a época conciliar. A especificidade do discernimento de Francisco é de não olhar mais unicamente para a sociedade, mas também, e da mesma maneira, para aquilo que, das culturas humanas, afeta todos os agentes pastorais: “Como filhos desta época, todos estamos de algum modo sob o influxo da cultura globalizada atual, que, sem deixar de apresentar valores e novas possibilidades, pode também limitar-nos, condicionar-nos e até mesmo combalir-nos” (n° 77). Reconhecer esta simetria no discernimento é uma condição *sine qua non* da credibilidade de uma Igreja em “reforma perene”, segundo a expressão já citada de *Unitatis Redintegratio*.

Feito esse discernimento, o centro do texto trata do anúncio do Evangelho da misericórdia (cap. 3) e da dimensão social da evangelização (cap. 4). O ponto decisivo e original, aqui, consiste no fato de que a dimensão social *está intrinsecamente relacionada com o próprio Evangelho*. Isso emerge com clareza dos n^{os} 177 e 180. O primeiro (trata-se do segundo número do cap. 4) estabelece esta ligação de forma principal e voltando ao querigma, não sem lembrar o discernimento realizado no cap. 2, que se situa “na crise do compromisso *comunitário*”: “O *querigma* possui um conteúdo inevitavelmente social: no próprio cerne do Evangelho, aparecem a vida comunitária e o compromisso com os outros” (n^o 177). O n^o 180 funda esta implicação na matriz bíblica: “Ao lermos as Escrituras, fica bem claro que a proposta do Evangelho não consiste só numa relação pessoal com Deus. [...] A proposta é o Reino de Deus (cf. Lc 4, 43); trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. Na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos”; retomada notável do essencial da mencionada doutrina social da Igreja, a partir do próprio cerne do Evangelho do Reino de Deus.

O conjunto desse percurso conduz, finalmente, no último capítulo da Exortação, a uma teologia, até mesmo a uma espiritualidade do Pentecostes, que, com o Vaticano II, adquiriu cada vez mais importância (LG, n^o 4, 19, 24 e 59 e AG, n^o 4): “No Pentecostes”, lemos, no início do cap. 5, “o *Espírito faz os Apóstolos saírem de si mesmos e transforma-os em anunciadores das maravilhas de Deus, que cada um começa a entender na própria língua*” (n^o 259). O texto remete aqui ao primeiro capítulo, que não havia apenas introduzido a metáfora principal do texto, aquela da “saída” missionária – “a Igreja em saída” –, mas também a figura do “discípulo missionário”, presente ao longo de toda a Exortação e que encontra *in fine* seu enraizamento pneumatológico e espiritual.

Um estilo evangelizador específico

Sob a acumulação de tópicos muito variados e uma aparente familiaridade de tom não apenas se entrevê uma estrutura orgânica muito firme e rigorosa, ou até mesmo uma visão global, mas também um conjunto de opções teológicas de que não se suspeitaria com uma primeira leitura; *pois elas se escondem de alguma forma*

sob uma aparente simplicidade, precisamente em benefício de uma linguagem querigmática, acessível ao maior número de pessoas. Trata-se do principal paradoxo estilístico do texto. O último número da introdução (nº 18) o explicita indicando sua finalidade, que é de “*delinear um preciso estilo evangelizador [...] a assumir em qualquer atividade que se realize*”. Esse “estilo evangelizador” ou essa “maneira de comunicar com os outros” – a famosa “saída” – é, igualmente, e de forma imediata, o que caracteriza o próprio texto e seu redator que nele se envolve radicalmente; por último, esse “estilo” está a serviço da própria “exortação” divina: “Assim, continua Francisco, desta forma, *podemos assumir* – ele se envolve – no meio do nosso trabalho diário, *esta exortação da Palavra de Deus: ‘Alegrai-vos sempre no Senhor! De novo vos digo: alegrai-vos!’* (Fl 4, 4)”. Sem que pareça, o gênero literário “exortação apostólica” está aqui reposicionado: uma espécie de texto que visa fazer ressoar a exortação do próprio Deus e realiza concretamente essa perspectiva adotando – nos passos das Escrituras – um “estilo evangelizador”, capaz de convidar os destinatários a assumir, eles também, esse mesmo estilo no cumprimento de todas as suas atividades, para poder acolher, por sua vez, a mesma exortação divina à alegria.

Esse “estilo” – termo do qual se encontram 22 ocorrências no texto – se caracteriza primeiramente por uma linguagem autoimplicativa que também não tem medo de se dirigir de forma muito direta ao destinatário – falando então em “eu”, “tu” e “vós” e “nós”. “Denúncia” e “promessa e anúncio” coexistem, como o “*não a isso...*” e o “*sim àquilo...*”; os extremos são acentuados, o quente e o frio seguem. Porém, nunca o agente apostólico se isenta do que diz nem adota uma posição de superioridade; ao contrário, faz intervir sua própria experiência, em Buenos Aires, por exemplo (nºs 7, 49, 76, etc.). A misericórdia que não cessa de ser central em seu texto se manifesta textual ou carnalmente, através desse percurso, que, no entanto, é bem acidentado. Entende-se o próprio Francisco falar e se dirigir a este ou a esta, a tal grupo ou categoria social, etc.

Em relação ao estilo “epidítico” dos textos do Vaticano II⁵ e mesmo de *Evangelii Nuntiandi*, dois traços peculiares emergem. Enquanto o “estilo” do Vaticano II se caracteriza por uma verdadeira *interpenetração* de dois tipos de linguagem, o das Escrituras e o dos Padres (que

5 Cf. J. W. O'MALLEY. *L'Événement Vatican II*. La part-Dieu, 18. Bruxelles: Lessius, 2011, p. 70-78.

se expressam em vários gêneros: narrativo, exortativo, declarativo, doxológico, etc.), de um lado, e a linguagem própria do Concílio, do outro – dois tipos de difícil distinção por estarem em osmose –, a Exortação do Papa Francisco cria mais *distância* entre estas linguagens e abre, portanto, um espaço de criatividade linguística que conduz a verdadeiras “reformulações”. Citemos, entre múltiplos exemplos, as duas primeiras frases do texto, que entram imediatamente em um ato de interpretação, logo, de recontextualização: “A Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por Ele são libertados do pecado” – é a formulação clássica da confissão do nome de Jesus; mas o texto continua – “libertados da tristeza, do vazio interior, do isolamento” – o que representa uma reformulação para os dias de hoje⁶.

O outro traço estilístico diz respeito à referência a outros textos da tradição, citação praticada com maior

economia e concentração do que o habitual. É preciso, sobretudo, destacar que *Evangelii Gaudium* é o primeiro documento do magistério romano que cita abundante e sistematicamente textos de conferências episcopais, continentais e nacionais, já realizando – de forma performativa – o que a Exortação dirá no n° 32 sobre o estatuto das conferências episcopais, citando o célebre *Motu proprio Apostolos Suos* (1998), e adotando ao mesmo tempo uma posição bem diferente, senão contrária, daquela de João Paulo II: “Ainda não foi suficientemente explicitado, lamenta o Papa, um estatuto das conferências episcopais que as conceba como sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal”. Voltarei a abordar este ponto decisivo de uma interpretação do Vaticano II.

A ligação entre a Exortação e o corpo textual do Vaticano II

O que guardar dessas primeiras observações estilísticas e teológicas?

A ligação entre o texto e o corpo conciliar do Vaticano II é aparentemente *tênue*. Se, em *Evangelii Nuntiandi*, Paulo VI fez explicitamente referência ao evento

6 A comparação desta formulação com a fórmula breve de Paulo VI em *EN*, 9, quase idêntica no que diz respeito ao conteúdo, mais clássica em sua expressão, é instrutiva: “Como núcleo e centro da sua Boa Nova, Cristo anuncia a salvação, esse grande dom de Deus que é libertação de tudo aquilo que oprime o homem, e que é libertação sobretudo do pecado e do maligno, na alegria de conhecer a Deus e de ser por ele conhecido, de o ver e de se entregar a ele”.

conciliar como “hora de Deus” (EN, nº 4) e se Bento XVI pôs no centro de seu pontificado a controvérsia entre uma “hermenêutica da ruptura” e uma “hermenêutica da continuidade ou da reforma”⁷, o primeiro Papa pós-conciliar que não participou do Concílio e que, além disso, vem de outro continente que não a Europa parece ter uma relação com o Vaticano II que se poderia qualificar de mais livre. De fato, é preciso reconhecer que um novo debate sobre o Concílio está nascendo: trata-se do último concílio de uma cristandade euro-atlântica ou do primeiro de uma Igreja que se tornou global? Conforme a resposta, necessariamente situada, que se der a esta pergunta, a relação com o Vaticano II muda.

Parece-me que a Exortação *Evangelii Gaudium* mantém *tanto* uma relação viva com o Concílio – única norma católica (enraizada na Escritura, dada pela Tradição) de que dispomos dentro de uma Igreja que se tornou, de fato, intercontinental e intercultural –, por um lado, *quanto* uma real liberdade em relação ao *corpus* conciliar, por outro lado, *corpus* que ela interpreta reescrevendo-o, se assim se poderia dizer. Sem dúvida, é a única relação com o Concílio, hoje disponível, a me-

nos que se julgue que a distância histórica que já nos separa do Vaticano II e as questões a serem tratadas hoje tenham se tornado tais que a “hora de Deus” para um novo concílio tenha chegado.

Em que consiste esta “reescrita” do dado conciliar, que Francisco chama de “estilo evangelizador”? É preciso, agora, explicitá-lo.

2. Uma decisão inicial: estabelecer uma ligação intrínseca entre missão e reforma

É o primeiro capítulo da Exortação que estabelece esta ligação, como seu título indica: “A transformação missionária da Igreja”.

“Aberturas” no corpus textual do Vaticano II

De fato, é somente voltando às “aberturas” deixadas no *corpus* conciliar e à *Evangelii Nuntiandi* que se pode compreender essa ligação entre missão e reforma, bem como seus desafios; é o que me proponho a fazer no primeiro momento. Pois, *nem* o Vaticano II *nem* a Exortação apostólica de Paulo VI se preocupam com

⁷ Cf. *Le Concile Vatican II. Quel avenir?*, p. 129-158.

essa ligação. Com certeza, *Lumen Gentium* introduz, no nº 8, um princípio de “*renovatio perene*” (baseada no fato de que a Igreja é composta por pecadores), princípio ao qual o Concílio dá mais espaço em *Unitatis Redintegratio*, nº 6, em relação com sua preocupação ecumênica e, nesse Decreto, sob a forma de uma exigência de “*reformatio perene*” (UR, nº 6). Quanto à missão, trata-se dela brevemente ao final do cap. 1 de *Lumen Gentium* (nº 8) e ao final do cap. 2 (nº 17), apesar de o fio querigmático dessa Constituição sobre a Igreja começar já em seu renomado número 1: “A luz dos povos é Cristo: por isso, este sagrado Concílio [...] deseja ardentemente, anunciando o Evangelho a toda a criatura (cfr. Mc. 16,15) – passagem frequentemente esquecida – iluminar com a Sua luz, que resplandece no rosto da Igreja, todos os homens”.

Nenhuma ligação, portanto, nessa Constituição à qual Francisco se refere prioritariamente, entre missão e reforma da Igreja! Encerrada na distinção pós-tridentina entre “países cristianizados” e “países de missão” (esses últimos administrados pela vigorosa *De propaganda fide*), a consciência missionária da Igreja do Vaticano II demorou a surgir realmente. O próprio Paulo VI chegou a assistir, no dia 6 de novembro de 1964, ao início do

debate sobre o futuro Decreto *Ad Gentes* (o que ele fez apenas uma vez) e apoiou uma recomposição completa desse texto que mereceria posteriormente a denominação “segundo *De Ecclesia*”, pois ele desloca e “reenquadra” os dados eclesiológicos de *Lumen Gentium* sob a perspectiva querigmática e missionária. O desafio principal desse “reenquadramento”, amplamente devido a Congar, é a passagem de uma concepção geográfica para uma concepção relacional e cultural da missão e da evangelização; passagem prefigurada pelo famoso “França, país de missão?” dos Abades Godin e Daniel e hoje concluída⁸.

Não surpreende, portanto, que Paulo VI ponha a evangelização e a missão no centro de suas preocupações pós-conciliares, o mais belo fruto de seu compromisso sendo a exortação *Evangelii Nuntiandi*. Como já foi destacado, esse texto tenta propor uma chave de leitura do conjunto da obra conciliar, precisamente a partir de seu fio querigmático e pondo *Ad Gentes* no centro

⁸ H. GODIN e Y. DANIEL. *La France pays de mission?* Lyon: Éditions de l’Abeille, 1943; nova edição por Robert Dumont com prefácio de Jean-Pierre Guérend e posfácio de Émile Poulat, *La France pays de mission?* Seguido por *La religion est perdue à Paris*. Paris: Karthala, 2014; para mais detalhes cf. *Le Concilie Vatican II. Quel avenir?*, p. 205-208.

do dispositivo: com doze citações, esse decreto sobre a atividade missionária da Igreja lidera e representa, de alguma forma, a matriz do texto pontifical⁹. Priorizando realmente o Evangelho e a evangelização, ele inverte a ordem conciliar que, em 1963, havia feito da Igreja “o argumento principal” do Concílio. Ora, a Igreja passa a ser abordada a partir de sua missão¹⁰, como apontado pelo primeiro capítulo de *Evangelii Nuntiandi*: “De Cristo evangelizador a uma Igreja evangelizadora”.

Aspectos comuns entre as exortações de Paulo VI e de Francisco

Essa inversão e essa ligação íntima entre a evangelização ou a missão e a Igreja representam o primei-

9 EN, n° 2 (AG, 1), n° 15 (5), n° 15 (5,11 e 12), n° 23 (1 e 5), n° 53 (11), n° 59 (1); n° 59 (35), n° 67 (38), n° 68 (39), n° 75 (4), n° 77 (6), n° 80(7).

10 Cf. a fórmula central de *Ad Gentes*, n° 5: “A missão da Igreja realiza-se pois, mediante a atividade pela qual, obedecendo ao mandamento de Cristo e movida pela graça e pela caridade do Espírito Santo, *ela se torna actual e plenamente presente* a todos os homens ou povos para os conduzir à fé, liberdade e paz de Cristo, não só pelo exemplo de vida e pela pregação mas também pelos sacramentos e pelos restantes meios da graça, de tal forma que lhes fique bem aberto caminho livre e seguro para participarem plenamente no mistério de Cristo”.

ro ponto em comum entre a Exortação de Paulo VI e aquela de Francisco. É preciso relacioná-lo a um segundo aspecto, igualmente comum aos dois textos; ele também remonta ao Vaticano II e se refere aos *destinatários privilegiados da evangelização*, ou seja, os “pobres”. O Cardeal Lercaro, com Dom Helder Câmara e o patriarca Maximus IV, um dos fundadores do grupo conciliar denominado “a Igreja dos Pobres”¹¹, gostaria de tê-lo transformado no próprio foco do Concílio, como transparece de seu grande discurso de 6 de dezembro de 1962¹². Isso não aconteceu, mas o grupo composto por aproximadamente quarenta bispos que selou, em 16 de novembro de 1965, o “pacto das catacumbas” (durante uma eucaristia celebrada nas catacumbas de Domitila) – pacto de pobreza assinado logo depois por 500 padres conciliares – conseguiu pelo menos introduzir essa temática em vá-

11 Cf. a importante retomada de K. APPEL e S. PITTLE. Das Konzil am Grab. Das Grabmal Pauls VI und der “Pakt der Katakomben” als Verständnishilfen für den ästhetischen Perspektivenwechsel des Konzils. In: H.-H. TÜCK (ed.). *Erinnerungen an die Zukunft. Das Zweite Vatikanische Konzil*. Erweiterte und aktualisierte Auflage. Freiburg: Herder, 2013, p. 371-384 e a de P. SAUVAGE. Le rôle des évêques latino-américains dans le groupe “Jesus, l’Église et les pauvres” durant le Concile Vatican II. *RTL* 44, 2013, p. 560-580.

12 AS I/4, 327-330.

rios textos conciliares, em especial em *Lumen Gentium*, nº 8, em *Gaudium et Spes*, nº 1 e em *Ad Gentes*, nº 3. A cena messiânica de Lucas 4, que mostra Jesus, o ungido, anunciar o Evangelho aos pobres, permanece a matriz principal desta intuição que relaciona, segundo as palavras de Lercaro, o Evangelho eterno com a maior atualidade histórica.

Apesar de ter permanecido marginal no *corpus* conciliar, essa atenção “messiânica” aos destinatários privilegiados do Evangelho que são os pobres encontra seu lugar de direito a partir do nº 6 de *Evangelii Nuntiandi*. Ela abre o primeiro capítulo e estrutura em seguida o conjunto do texto¹³. Dez anos após o Concílio, o grupo

13 Citamos, pelo menos, o início do primeiro capítulo: “O testemunho que o Senhor dá de si mesmo e que São Lucas recolheu no seu Evangelho, ‘Eu devo anunciar a Boa Nova do Reino de Deus’ (Lc 4,43) tem, sem dúvida nenhuma, uma grande importância, porque define, numa frase apenas, toda a missão de Jesus: ‘Para isso é que fui enviado’ (*ibid.*). Estas palavras assumem o seu significado pleno se confrontadas com os versículos anteriores, nos quais Cristo tinha aplicado a si próprio as palavras do profeta Isaías: ‘O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para evangelizar os pobres’ (Lc 4,18; cf. Is 61,1). Andar de cidade em cidade a proclamar, sobretudo aos mais pobres, e muitas vezes aos mais bem dispostos para o acolher, o alegre anúncio da realização das promessas e da aliança feitas por Deus, tal é a missão para a qual Jesus declara ter sido enviado pelo Pai”.

da “Igreja dos Pobres” se disseminou na América Latina e conduziu sua Igreja, por Medellín e as conferências gerais que seguiram do episcopado latino-americano, à “opção preferencial pelos pobres”. É impossível compreender a força da Exortação *Evangelii Gaudium* do Papa argentino se não percebermos até que ponto esse texto é o herdeiro do desenvolvimento histórico subterrâneo que acabamos de retrair em linhas gerais: desde a Exortação *Evangelii Nuntiandi*, ele leva ao encontro entre a inversão que põe a evangelização e a missão no princípio da Igreja, de um lado, e o deslocamento do foco eclesial para os destinatários privilegiados do Evangelho que são os pobres, do outro.

A insistência específica de *Evangelii Gaudium*

Após ter identificado essa base comum, não se devem, porém, subestimar as diferenças entre os dois textos, diferenças de porte que provêm, por um lado, da mudança de contexto após o Concílio e após 1975, mas também, por outro lado, de uma percepção teológica bastante diferente; percepção que se identifica desde o primeiro capítulo da Exortação *Evangelii Gaudium*, precisamente em sua forma de combinar o núcleo cen-

tral, a evangelização, em especial a dos pobres, com a exigência de reforma. Uma dúplici dificuldade é, de fato, apontada por Francisco, resultado de sua percepção evangélica dos “sinais dos tempos”, em especial na segunda parte do cap. 2, que trata das “tentações dos agentes pastorais” (EG, n^{os} 77-86).

1. *Ad gentes e Evangelii Nuntiandi* quase não se interrogam sobre o “porquê” da missão – *Ad gentes* esboça, porém, uma reflexão em seu n^o 7 –, mas essa questão se tornou central hoje. Que se pense em certa concepção da “tolerância”, reforçada pelo amálgama corrente entre religião e violência: a opinião pública no Ocidente aceita certamente a pluralidade das “comunidades” ou religiões sobre um mesmo território, assegurando seu tratamento igual pelos poderes públicos, mas, quando elas manifestam a menor pretensão a uma validade ou uma verdade última ou realizam o que consideram como sua “missão” nas sociedades, são facilmente acusadas de “proselitismo”. A equação entre “missão” e “proselitismo” está tão integrada na consciência ocidental que a maioria dos próprios cristãos não compreende mais a ligação *intrínseca* entre o Evangelho e sua difusão ou missão. Devemos até mesmo nos perguntar se a forma bastante sutil (ou dialética) do Concílio de

distinguir entre, de um lado, a Igreja, “povo messiânico com aparência de um pequeno rebanho” e, do outro, “a universalidade dos homens” (LG, n^{os} 2, 9 e 14) ou (para falar de forma mais clássica) entre a “*gratia baptismatis*” e a “*gratia Christi*” (Ibid.; AG, n^o 7; GS, n^o 22 § 5) é entendida pelos cristãos, frequentemente ameaçados por uma relativização sutil de suas próprias convicções, ou, ao contrário, por uma concepção fundamentalista, ou até mesmo militante, de uma presença eclesial dentro da sociedade.

É com esta dificuldade maior, nova em relação aos anos sessenta e setenta, que se depara a Exortação *Evangelii Gaudium*: no cap. 2, discernindo-a claramente por meio de expressões espirituais e intelectuais muito diferentes (EG, n^{os} 77-86), e, nos caps. 1 e 2, tentando convencer os cristãos com uma linguagem *experimental*, até *mística*. É o sentido último da evocação da “alegria” e da relação, estabelecida por Francisco, entre a “saída” e essa “alegria”: “A alegria do Evangelho, que enche a vida da comunidade dos discípulos, é uma alegria missionária” (EG, n^o 21). No cap. 2, são sobretudo os números de 87 a 92 que promovem a iniciação a uma “mística de viver juntos” ou uma “fraternidade mística”, fundada em Jesus, “Filho de Deus feito carne”: a mais

concreta expressão do “estilo missionário” que o Papa deseja promover. Essa linguagem propriamente “iniciática” é certamente preparada por aquilo que o Vaticano II afirma, em *Dei Verbum*, sobre a Revelação como autocomunicação de Deus, mas sua realização é original e bem afastada do estilo do Vaticano II. De qualquer forma, é neste “retorno” experimental à fonte da “saída” e de uma Igreja “em saída” que se baseia a necessidade de *relacionar intrinsecamente evangelização ou missão e conversão pastoral ou “reforma”*.

2. A outra dificuldade apontada por Francisco refere-se às instituições eclesiais, ameaçadas pela “auto-preservação”, mas que também podem “promover um dinamismo evangelizador”. Trata-se do outro viés da “reforma perene” da Igreja, já pregada pelo Vaticano II e retomada por *Evangelii Gaudium*, o qual confere a essa reforma, pela primeira vez, um critério e uma finalidade claramente missionários (EG, nº 26).

É nesse propósito que a distância de Paulo VI é a maior. Em 1975, a diferenciação interna da Igreja católica em Igrejas particulares se encontra ainda no início, e a Exortação *Evangelii Nuntiandi* permanece marcada por certo temor de particularização eclesial, especialmente na América Latina. O que se destaca da regra proposta

por Paulo VI: “A evangelização perderia algo da sua força e da sua eficácia se ela porventura não tomasse em consideração o povo concreto a que ela se dirige [...]. De outro lado, a evangelização correria o risco de perder a sua alma e de se esvaecer se fosse despojada ou fosse desnaturada quanto ao seu conteúdo, sob o pretexto de melhor traduzi-la [...]. Quanto mais uma Igreja particular estiver ligada, por vínculos sólidos de comunhão, à Igreja universal [...], tanto mais essa Igreja estará em condições de traduzir o tesouro da fé na legítima variedade das expressões [...]. E, a par disto, mais ela será verdadeiramente evangelizadora” (EN, nºs 63 e 64)¹⁴. Em 2013, o risco identificado pelo Papa argentino não é mais o mesmo. Se há algo que ele teme, é o esgotamento da fonte de alegria e o reflexo de autopreservação das instituições eclesiais. No primeiro capítulo, percorre-as todas, inclusive a do papado, submetendo-o aos mesmos critérios de reforma: “Compete-me”, escreve, “permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do meu ministério que o torne mais fiel ao significado que Jesus Cristo

14 Cf. nossa análise em *La réception du Concile Vatican II. I. Accéder à la source*, p. 560-563. Tradução Brasileira: *A recepção do Concílio Vaticano II. I. Acesso à fonte*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015.

pretendeu dar-lhe e às necessidades atuais da evangelização” (nº 32). Face ao temor de uma “particularização” desta ou daquela Igreja continental, Francisco se confronta, sobretudo – apoiado pelo Vaticano II –, com uma “centralização excessiva” que “em vez de ajudar”, afirma ele, “complica a vida da Igreja e a sua dinâmica missionária” (nº 32).

A reforma como condição de credibilidade do anúncio do Evangelho

Deve ter ficado claro em qual sentido a decisão inicial da Exortação *Evangelii Gaudium*, que consiste em relacionar intrinsecamente a missão da Igreja com sua conversão ou sua reforma, enxerta-se nas “aberturas” deixadas pelo Vaticano II e já detalhadas pela Exortação “mãe” *Evangelii Nuntiandi*.

Igualmente, deve-se ter percebido como essa decisão inicial tenta responder a uma situação duplamente nova, isto é, a uma ameaça de erosão do fervor missionário e ao risco de uma esclerose de nossas instituições. O que o Papa Francisco chama de “estilo missionário” não se reduz, portanto, ao simples anúncio do Evangelho, pela Igreja e pelos discípulos missionários, a toda

criatura, em especial aos pobres, mas esse estilo implica também uma conversão, até mesmo uma reforma perene dos atores da transmissão; conversão que se manifesta em sua “saída” efetiva, isto é, seu retorno a uma “mística” alegre de viver juntos e em sua capacidade de reformar suas instituições para esse fim. Essa reforma interna e externa não é segunda, ou secundária, em relação ao próprio anúncio do Evangelho, mas faz *intrinsecamente* parte dele como sua condição de credibilidade. Assim como os atos de Jesus estão *intrinsecamente* ligados às suas palavras e inversamente, segundo a bela fórmula de *Dei Verbum*, nº 2.

Por último, deve-se ter percebido que esse “estilo missionário” é também o do próprio *texto*, na medida em que “expõe” e “realiza”, certamente em um plano textual, aquilo a que convida seus destinatários a assumir em todas as suas ações. É a razão – como já sugeri – pela qual a Exortação adota um estilo querigmático, permanecendo de alguma forma *discreto* em relação às opções teológicas, ou até doutrinárias, que essa nova postura implica. Estas são, portanto, decisivas – já se deve ter percebido. Tentarei explicitá-las na última parte.

No entanto, consideremos, primeiramente e principalmente, que essa postura corresponde perfeitamente

ao deslocamento central produzido pelo Vaticano II, cuja “pastoralidade” nem elimina nem marginaliza o “doutrinal”, mas o reposiciona e o situa dentro do processo querigmático como sua regulação: *lex omnis evangelisationis*, conforme a expressão de *Gaudium et Spes*, nº 44.

3. Implicações doutrinárias: regulação do “estilo evangelizador”

As opções doutrinárias em questão são, de fato, tanto *implicações* discretas do “estilo evangelizador” esboçado por Francisco, quanto suas *condições*, necessariamente submetidas a debate e deliberação dentro de uma Igreja em reforma *perene*. Destaco as três mais importantes, as quais representam posicionamentos em relação ao corpo textual do Vaticano II.

A tarefa de interpretação que nos deixa o Evangelho do Reino de Deus...

A primeira refere-se ao “coração do Evangelho” a ser anunciado, e trata de sua reinterpretação permanente dentro da relação entre agentes e destinatários histórica-

mente situados. São os números de 34 a 45 do primeiro capítulo que abordam essa questão, precisamente para poder manter até o fim um estilo missionário (nº 35). No que diz respeito à *maneira de comunicar* o Evangelho aos outros, o texto não deixa dúvida alguma sobre dois pontos essenciais: enfrentando o risco de “seleção interessada”, inerente aos meios contemporâneos de comunicação, ele convida os pregadores a relacionarem todos os “aspectos secundários” com o “coração do Evangelho” (nºs 34-39) – a célebre “hierarquia das verdades” (*UR*, nº 11), apoiada em São Tomás (nº 37) – e a interpretar este “essencial” nos limites das línguas humanas, igualmente com base no doutor comum (nºs 40-45). Contra o sonho de uma “concepção monolítica da doutrina”, ele afirma, portanto, que a “variedade – a das diversas linhas de pensamentos filosófico, teológico e pastoral – ajuda a manifestar e desenvolver melhor os diversos aspectos da riqueza inesgotável do Evangelho” (nº 40). Não surpreende que se reencontre, no número seguinte, a célebre fórmula de João XXIII, reconduzida novamente até seu sentido original: a *substância* da “verdade de sempre” é identificada com sua “*permanente novidade*” – maneira bíblica de traduzir o *Eu-aggelion*. Segue a distinção entre essa “substância” e o “*modus de*

sua formulação”, distinção que é introduzida “no depósito da doutrina cristã”, e não fora dele, como foi o caso na maioria das retomadas pós-conciliares da expressão do Papa João.

Acrescentemos simplesmente a esses dois pontos fundamentais que, apesar de insistir na “admissibilidade” universal do Evangelho, *Evangelii Gaudium* não deixa de assinalar que “a fé conserva sempre um aspecto de cruz, certa obscuridade que não tira firmeza à sua adesão” (nº 42). Porém, o texto atreve-se também a reconhecer que “alguns costumes, muito radicados no curso da história”, algumas “normas e preceitos” podem cair em desuso ou perder sua “força educativa” (nº 43); ele reafirma o reconhecimento necessário de “possíveis etapas de crescimento das pessoas, que se vão construindo dia após dia” – “sem diminuir o valor do ideal evangélico” – (nº 44); e lembra, para concluir, a atitude espiritual de aprendizagem que sustenta o anúncio do Evangelho e sua interpretação (nº 45), o termo “estilo missionário” (nº 35) resumindo da melhor maneira o conjunto dessas disposições de uma hermenêutica pastoral.

Cinquenta anos após o Concílio Vaticano II, essa retomada do próprio cerne da obra conciliar é um marco da época. A tarefa hermenêutica, claramente reconheci-

da como parte do próprio Evangelho, consiste então em reinterpretar, nos traços da Escritura, a *economia histórica* da Revelação em “recíproca” relação com todos os seus destinatários.

...dentro de uma Igreja missionária concebida a partir de sua base crente...

Essa primeira opção doutrinal implica automaticamente uma segunda, focando na figura da Igreja missionária. Nos conflitos de interpretação referentes à relação entre os capítulos 1 e 2 de *Lumen Gentium* e referentes à metáfora, frequentemente contestada hoje, do “Povo de Deus”, Francisco se posiciona claramente e destaca sem ambiguidades que “a evangelização é a tarefa da Igreja” inteira. Nem em *Lumen Gentium*, nº 17, nem em *Ad Gentes*, nº 5 e 6, essa posição é tão clara. A tendência clássica de se atribuir a tarefa missionária prioritariamente, senão unicamente, aos bispos, permanece ainda forte. Eis o que afirma Francisco a propósito disso: “Este sujeito da evangelização, porém, (que é a Igreja) é mais do que uma instituição orgânica e hierárquica; é, antes de tudo, um povo que peregrina para Deus (cap. 2 de *Lumen Gentium*). Trata-se certamente de um *mistério*

que mergulha suas raízes na Trindade (cap. 1), mas tem sua concretização histórica num povo peregrino e evangelizador, que sempre transcende toda a necessária expressão institucional. Proponho, acrescenta o Papa, que nos detenhamos um pouco nesta forma de compreender a Igreja, que tem o seu fundamento último na iniciativa livre e gratuita de Deus” (nº 111).

Essa visão claramente identificável de uma Igreja radicada na história e *considerada a partir de sua base crente* percorre, em realidade, todo o texto e marca a noção de “discípulo-missionário”, introduzido desde o primeiro capítulo (nº 24) e retomado no terceiro (nºs 119-121), o qual, referindo-se a *Lumen Gentium*, nº 12, reinterpreta a noção central de “*sensus fidei*”: “Em todos os batizados, desde o primeiro até o último, atua a força santificadora do Espírito *que impele a evangelizar*. O Povo de Deus é santo em virtude desta unção, que o torna ‘infallível’ *in credendo*, ou seja, ao crer, não pode enganar-se, *ainda que não encontre palavras para explicar a sua fé*” (nº 119). Duas novas instâncias são detectáveis nesse trecho, além do fato de atribuir, pela primeira vez, uma importância tão decisiva a esse *sensus fidelium* e, como se depreende também da citação anterior, à *estrutura carismática ou pneumatológica* da Igreja: esse

sensus estabelece a ligação entre a escuta do Evangelho – o único ponto destacado pela tradição e por *Lumen Gentium*, nº 12 – e a incitação pelo Espírito a comunicar com os outros sobre o que foi ouvido. Manifesta-se, então, uma defasagem, pouco notada habitualmente, entre a fé que vem da escuta e a capacidade de encontrar palavras adaptadas para expressá-la; constatação pastoral de absoluta importância.

A última consequência desse destaque do *sensus fidei* e da constatação de uma defasagem entre o sentido da fé e sua expressão é “deixar que os outros nos evangelizem” (nº 121), o que se torna absolutamente concreto quando se trata de escutar o grito dos pobres, de integrá-los plenamente na sociedade e de atribuir-lhes um lugar privilegiado no Povo de Deus (nºs 186-237).

...em um mundo precisando pensar em uma “unidade plural”

Essa insistência na *concretude* da evangelização implica uma visão plural do Povo de Deus, da sociedade e das sociedades, a recusa de um “modelo cultural único” e a promoção de “diversas expressões da vida cristã” fundadas nas noções-chave de cultura e estilo

de vida: “Trata-se do estilo de vida que uma determinada sociedade possui, da forma peculiar que têm os seus membros de se relacionar entre si, com as outras criaturas e com Deus” (n^{os} 115-118). É a terceira opção doutrinal do texto, mais uma vez intimamente ligada às duas anteriores. Certamente, encontra-se em germe no corpo do Vaticano II, mas não é explorada e, sem dúvida, não podia sê-lo, devido à visão bastante positiva que se tinha da globalização (cf. já *Lumen Gentium*, n^o 1). Os únicos indícios em favor de um modelo plural, no plano eclesial, encontram-se nos Decretos sobre o ecumenismo e sobre as Igrejas católicas orientais, bem como no n^o 23 de *Lumen Gentium*, aliás, citado por Francisco em sua Exortação (n^o 32). São textos que, graças à contribuição oriental e ecumênica, tentam mitigar o universalismo latino.

É, sobretudo, no segundo e quarto capítulos da Exortação que emerge essa nova visão, essencialmente plural, do mundo. Enquanto o segundo capítulo introduz uma longa passagem, muito diferenciada e, portanto, próxima da realidade, sobre as culturas, em especial aquelas urbanas (n^{os} 61-75), é o quarto capítulo que, a partir da noção de “reino de Deus”, funda a dimensão social e cultural como parte integrante da própria evan-

gelização. Francisco foca, neste ponto, em “duas questões que lhe parecem fundamentais neste momento da história”: a inclusão social dos pobres (n^{os} 186-237) – já mencionada – e o diálogo social como contribuição para a paz (n^{os} 238-258). Destaco apenas um ponto que pode surpreender: os tópicos clássicos do Concílio Vaticano II – o diálogo ecumênico, as relações com o judaísmo, o diálogo inter-religioso e o contexto da liberdade religiosa – são abordados no âmbito do diálogo social como contribuição para a paz. Esse “reenquadramento” poderia ser entendido como uma desvalorização. No entanto, é possível também observar a intenção messiânica ou evangélica desses diálogos e, talvez, a relativização de seu caráter mediterrâneo dentro de uma perspectiva mundial.

Uma metáfora, usada por Francisco, na intersecção dessas duas partes do cap. 4, permite, talvez, ver mais claramente e perceber melhor a visão de mundo que emana de seu texto, em contraste precisamente com a que *Gaudium et Spes* nos propõe, mais raramente citada (mas presente no cap. 3 *EG*, 113 e 115):

O todo é mais do que a parte, sendo também mais do que a simples soma delas. Portanto, [...] é necessário mergulhar as raízes na terra fértil e na história do pró-

prio lugar, que é um dom de Deus. Trabalha-se no pequeno, no que está próximo, mas com uma perspectiva mais ampla [...]. Não é a esfera global que aniquila, nem a parte isolada que esteriliza.

Aqui o modelo não é a esfera, pois não é superior às partes e, nela, cada ponto é equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e o outro. O modelo é o poliedro, que reflete a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade. Tanto a ação pastoral como a ação política procuram reunir nesse poliedro o melhor de cada um. [...]

A nós, cristãos, este princípio fala-nos também da totalidade ou integridade do Evangelho que a Igreja nos transmite e envia a pregar. [...] O Evangelho é fermento que leveda toda a massa e cidade que brilha no cimo do monte, iluminando todos os povos. O Evangelho possui um critério de totalidade que lhe é intrínseco: não cessa de ser Boa Nova enquanto não for anunciado a todos, enquanto não fecundar e curar todas as dimensões do homem, enquanto não unir todos os homens à volta da mesa do Reino (EG, 235-237).

Gaudium et Spes poderia ser entendida segundo o modelo da esfera: os diferentes capítulos da segunda parte representariam as dimensões do humano que é o todo; são, por assim dizer, projetados nessa esfera – “a antroposfera” ou “a antropocena” (cf. *Gaudium et Spes*,

2 § 2) – onde se encontram lado a lado, indo do casamento até a paz sobre todo o planeta, a Igreja estando no meio dessas realidades e, portanto, na superfície, *mas também* no centro da esfera, *equidistante* de cada nível da realidade, projetando de dentro a “luz e a energia” do Evangelho (*Gaudium et Spes*, 10 § 2) sobre cada realidade e propondo uma regulação de sua orientação global, fundada na primeira parte do texto. O *singular*, *tal* indivíduo, *tal* cultura ou língua, *tal* povo não tem lugar ali ou, melhor dizendo, não é ali considerado nem constitui objeto de interesse. Ao contrário, a visão do mundo da Exortação *Evangelii Gaudium* se entende segundo o modelo do poliedro. A passagem recém-citada indica isso claramente. O discurso doutrinal que insiste nos princípios não perde aí sua necessária função reguladora, mas nunca conseguirá unir os agentes e os destinatários da evangelização conforme sua singularidade em relação, integrada em conjuntos cada vez mais amplos, mas mantendo sua “originalidade”, segundo a expressão do texto. Apenas uma *abordagem estilística* o permite, pois ela é sensível à confluência de todos os elementos parciais em um dado singular em que esses elementos conservam, ao mesmo tempo, sua originalidade, estando habitados pelo todo que é a plenitude da riqueza do

Evangelho. Aqui reside, parece-me, a chave da hermenêutica evangélica de Papa Francisco, pela qual comecei estas considerações doutrinárias, e também de sua concepção da Igreja como Povo de Deus.

Conclusão

Evangelii Gaudium – esboço de uma interpretação original do concílio Vaticano II? Espero tê-lo mostrado. Apenas um “esboço”, dirão alguns, pois muitos elementos do *corpus* imenso e complexo estão simplesmente ausentes. Um “esboço” por duas razões principais, sobretudo. Primeiramente, por uma razão propriamente histórica, pois, a uma distância cultural do Concílio e sem perspectiva de um novo, é necessário encontrar um tipo de “reescrita” que esteja suficientemente ancorada na última expressão normativa do catolicismo mundial e, ao mesmo tempo, que seja suficientemente livre em

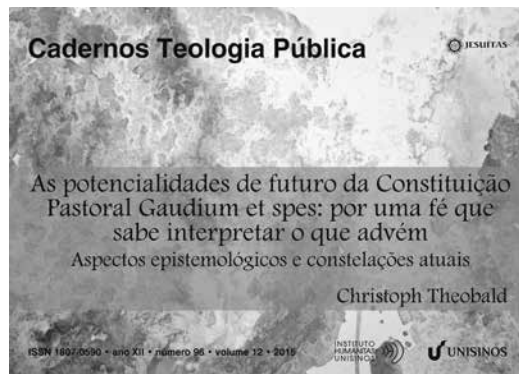
relação a ela, para responder à atualidade de Deus com uma criatividade satisfatória. Em segundo lugar, por uma razão propriamente teológica, dado que a “pastoralidade” do Vaticano II exige por si mesma uma retomada estilística, com certeza amplamente preparada por Paulo VI, mas mantida em estado de latência durante todo o período pós-conciliar preocupado demais com a ossatura “doutrinal” do *corpus* textual do Concílio. Ora, um estilo possui “contornos”, como afirma Francisco, contornos que podemos “traçar” e “esboçar” levando em consideração a fragilidade e a historicidade da existência humana, talvez lembrando que Jesus Cristo, ele, não escreveu nada, a não ser na areia... Percebe-se que esse tipo de abordagem desconcerta os que estão acostumados a habitar sobre e dentro de uma esfera doutrinal bem construída. No entanto, a abordagem estilística tem seu próprio rigor, aquele que resulta da alegria da “saída”. O Papa Francisco convida a todos a se entregarem a ela.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 47 – Alimento e nutrição

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista **IHU On-Line** e nos **Cadernos IHU ideias**. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 96 – As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém: Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald

A publicação dos **Cadernos Teologia Pública**, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os **Cadernos Teologia Pública** se inscrevem nesta perspectiva.

Nº 52 – *Ética e subjetividade: análise da estrutura subjetiva da vida ética segundo Lima Vaz* – Roseane Welter



Os **Cadernos IHU** divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas sobre ética, sociedade sustentável, trabalho, gênero e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Nº 233 – *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia



Os **Cadernos IHU ideias** apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação.

Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *“Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraud, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elisabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum”* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislando Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight
- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho

- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém* – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vítor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja* – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad
- N. 101 *Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo* – Elias Wolff
- N. 102 *A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira
- N. 103 *O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje!* – Emerson Sbardelotti Tavares



Christoph Theobald, teólogo jesuíta, é professor de Teologia Fundamental e Dogmática na Faculdade de Teologia do Centre-Sèvres, em Paris, e especialista em questões de teologia fundamental e de história da exegese. É redator-chefe adjunto da revista *Recherches de Science Religieuse*. Possui trabalhos em história da exegese (séculos XIX e XX, Modernismo) e em história dos dogmas, em teologia fundamental e dogmática (cristologia, trindade, criação, antropologia, eclesiologia), no campo da estética e em teologia pastoral.

Algumas publicações do autor

THEOBALD, Christoph. A recepção do Concílio Vaticano II. I. Acesso à fonte. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015.

_____. Le Concile Vatican II. Quel avenir? Unam sanctam. Nouvelle série, 6. Paris: Les Éditions du Cerf, 2015.

_____. “Dans les traces...” de la constitution “Dei Verbum” du concile Vatican II. Paris: Les Éditions du Cerf, 2009.

_____. Le christianisme comme style. Une manière de faire de la theologie en postmodernité. Vol. 1 e 2. Paris: Les Éditions du Cerf, 2009.

_____. Transmitir um Evangelho de liberdade. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. L'univers n'est pas sourd. Sciences et foi en quête de sens, avec Bernard Saugier et d'autres. Bayard, 2006.

_____. *L'Église sous la Parole de Dieu*, chap. IV dans Histoire du Concile Vatican II. 1959-1965. Tome V: Concile de transition. La quatrième session et la conclusion du Concile. Paris-Leuven: Le Cerf-Peeters, 2005.

Outras contribuições

THEOBALD, Christoph. As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral *Gaudium et spes*: por uma fé que sabe interpretar o que advém – Aspectos epistemológicos e constelações atuais. *Cadernos Teologia Pública*, ano XII, n. 96, São Leopoldo, 2015.

_____. As grandes intuições de futuro de Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade et Igreja. *Cadernos Teologia Pública*, ano X, n. 77, São Leopoldo, 2013.

_____. As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: o cristianismo como estilo. *Cadernos Teologia Pública*, ano VIII, n. 58, São Leopoldo, 2011.

_____. Música e Teologia em Johann Sebastian Bach. *Cadernos Teologia Pública*, ano IV, n. 27, São Leopoldo, 2007.

